

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 497

Emprego e Ocupação: Algumas Evidências da Evolução do Mercado de Trabalho por Gênero na Grande São Paulo — 1988/1995

Edgard Luiz Gutierrez Alves
Brunu Marcus Ferreira Amorim
George Henrique de Moura Cunha

JULHO DE 1997

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 497

Emprego e Ocupação: Algumas Evidências da Evolução do Mercado de Trabalho por Gênero na Grande São Paulo —1988/1995*

*Edgard Luiz Gutierrez Alves***
*Brunu Marcus Ferreira Amorim***
*George Henrique de Moura Cunha****

Brasília, julho de 1997

* Os autores agradecem à Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e ao Departamento Intersindical de Estatística em Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o acesso às tabulações especiais utilizadas na elaboração deste texto.

** Técnicos da Diretoria de Políticas Sociais — DIPOS / IPEA.

*** Bolsista do Convênio ANPEC/PNPE.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Ministro: *Antônio Kandir*
Secretário Executivo: *Martus Tavares*



Presidente

Fernando Rezende

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera

Gustavo Maia Gomes

Luís Fernando Tironi

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Mariano de Matos Macedo

Murilo Lôbo

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 180 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília — DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10^o andar

CEP 70076—900

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro — RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14^o andar

CEP 20020—010

E-mail: editorial@ipea.gov.br

SUMÁRIO

SINOPSE

- 1 INTRODUÇÃO 7
 - 2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MERCADO DE
TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO 8
 - 3 MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO 11
 - 4 RENDIMENTO DOS OCUPADOS, HORAS TRABALHADAS
E GRAU DE ESCOLARIDADE POR GÊNERO 18
 - 5 CONCLUSÕES 23
- ANEXO 25
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 26
-

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é descrever os efeitos das transformações na economia sobre o mercado de trabalho por gênero, no período de 1988 a 1995, na Grande São Paulo, com base nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE e do DIEESE.

Palavras-chave: mercado de trabalho, gênero, modernização produtiva, escolaridade, diferencial de rendimento.

1 INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, desde os anos 70, foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Entre as razões comumente apontadas para esse fato está a necessidade econômica — a deterioração dos salários reais pode ter obrigado as mulheres a buscar complementação para a renda familiar. Isso era facilitado pela existência de maior número de vagas disponíveis, possibilitado pelo grande ritmo de expansão da economia verificado naquela época.

Além disso, é interessante mencionar que as mudanças nos valores relativos ao papel social da mulher, graças às pressões dos movimentos feministas, contribuíram para o aumento da oferta de trabalhadoras, o que pode ter permitido que, mesmo durante a crise dos anos 80, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tenha persistido.

Contudo, a inserção feminina no mercado de trabalho tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens, tanto em termos de rendimentos, quanto em termos da qualidade do emprego. Ao mesmo tempo, verifica-se que as mulheres trabalhadoras têm-se concentrado em poucas ocupações [B ruschini (1994)].

No final dos anos 80, o Brasil, em um contexto mundial marcado pela globalização e pela liberalização econômica, começou a adotar uma política de abertura comercial. Isso fez com que várias empresas, principalmente as dos setores mais modernos, para enfrentar a concorrência externa, iniciassem a reestruturação de sua base produtiva e mudanças nos seus métodos organizacionais e gerenciais, de modo a aumentar sua produtividade e eficiência. Tal processo tem-se caracterizado, entre outras coisas, pelo advento de ino-

vações tecnológicas, pela diminuição de níveis hierárquicos, pela terceirização e pela participação mais ativa do trabalhador na definição dos métodos de trabalho. Diante disso, vem aumentando a demanda por uma mão-de-obra com maior capacidade de identificar e resolver problemas, trabalhar em equipe e entender o que se passa no empreendimento como um todo.

Esse processo tem trazido vários impactos ao mercado de trabalho: do ponto de vista quantitativo, nos setores mais modernos, não se têm criado empregos na quantidade necessária e têm-se destruído vários postos de trabalho intermediários; do ponto de vista qualitativo, boa parte dos novos empregos, gerados principalmente no setor terciário, pode ser considerada precária.¹ A tendência parece ser os empregos de melhor qualidade serem destinados aos trabalhadores com maior grau de escolaridade e mais experientes, que, em tese, encaixam-se melhor no perfil atualmente procurado pelas empresas.

O principal objetivo deste estudo é observar o impacto que as transformações descritas exerceram sobre a ocupação feminina na Grande São Paulo, entre 1988 e 1995, a fim de verificar se houve alterações nas características do mercado de trabalho segundo o gênero. Para isso, serão utilizadas as informações de distribuição setorial de emprego, idade, escolaridade e rendimento dos trabalhadores, fornecidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Convênio Fundação SEADE/DIEESE.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO

¹ A precariedade do emprego será definida, nos próximos capítulos, pela baixa remuneração, como forma de simplificar a análise. E videntemente, sabe-se que a precarização também envolve, entre outras coisas, a questão da informalidade.

O número total de ocupados na Grande São Paulo, segundo a tabela 1, aumentou 13,5%, entre 1988 e 1995. No entanto, a análise desagregada desses dados mostra que a ocupação feminina elevou-se em 21,2%, taxa bem superior ao crescimento apresentado pela masculina, de apenas 8,7%. Em outros termos, dos 844 mil novos empregos gerados no período analisado, 507 mil, ou 60% do total, foram ocupados por mulheres; houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho de 38,2% para 40,8%.

TABELA 1
Estimativa do Número de Ocupados na Grande São Paulo, por Gênero

Anos	(Em milhares)		
	Total	Homens	Mulheres
1988	6 271	3 875	2 396
1990	6 424	3 951	2 473
1994	6 849	4 096	2 753
1995	7 115	4 212	2 903

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Quanto à idade dos trabalhadores, observou-se sua elevação ao longo do período considerado. A tabela 2 mostra que a proporção dos ocupados com até 24 anos caiu de aproximadamente 30% para 26%; já os de 25 a 39 anos mantiveram sua posição estável em torno de 42%, enquanto que aqueles com 40 anos ou mais aumentaram seu espaço no mercado de trabalho, principalmente os localizados na faixa de 40 a 59 anos, cuja participação se elevou de 23,7% para 27,6%.

TABELA 2
Distribuição dos Ocupados, por Idade Grande São Paulo

Faixa etária	(Em porcentagem)			
	1988	1990	1994	1995
Total				
10 a 14 anos	2,0	1,8	1,4	1,5
15 a 17 anos	6,1	5,6	4,6	5,1

18 a 24 anos	22,5	21,6	20,0	19,7
25 a 39 anos	42,5	42,7	43,2	42,5
40 a 59 anos	23,7	23,6	27,0	27,6
60 anos e mais	3,2	3,4	3,8	3,7
Homens				
10 a 14 anos	2,2	2,1	1,5	1,6
15 a 17 anos	5,6	5,3	4,5	5,1
18 a 24 anos	21,1	20,0	18,9	18,8
25 a 39 anos	42,4	42,4	42,6	41,4
40 a 59 anos	24,8	26,0	27,9	28,7
60 anos e mais	3,9	4,2	4,6	4,5
Mulheres				
10 a 14 anos	1,8	1,4	1,4	1,3
15 a 17 anos	6,8	6,1	4,6	5,1
18 a 24 anos	24,6	24,1	21,6	20,9
25 a 39 anos	42,8	43,3	44,1	44,1
40 a 59 anos	21,8	22,5	25,6	26,1
60 anos e mais	2,2	2,6	2,7	2,5

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Ao se estratificar essas informações por gênero, verifica-se que a tendência de aumento da idade média dos ocupados é mais acentuada entre as mulheres. Enquanto a proporção dos homens com até 24 anos decresceu cerca de quatro pontos percentuais (de 28,9% para 25%), a participação de mulheres trabalhadoras da mesma faixa etária caiu, aproximadamente, seis pontos (de 33,2% para 27,3%). Já entre os trabalhadores com 40 a 59 anos, o percentual de homens ocupados cresceu 3,9 pontos (24,8% para 28,7%), enquanto o de mulheres subiu um pouco mais (de 21,8% para 26,1%), ou seja, 4,3 pontos.

Apesar disso, a idade média das mulheres ocupadas ainda é inferior à dos homens, embora esse quadro pareça estar se alterando — em 1988, 33% das mulheres ocupadas e 29% dos homens ocupados tinham menos de 24 anos, enquanto, em 1995, 27% das mulheres e 25% dos homens estavam nessa faixa etária.

Desse modo, tudo parece indicar que a experiência está se tornando um importante atributo para a admissão do trabalhador, e que esse fenômeno, que era mais visível para os homens, começa a mostrar-se também para as mulheres. É bom lembrar, entretanto, que a população brasileira tem envelhecido, fato que, naturalmente, influenciou os resultados encontrados.

Quanto ao grau de escolaridade dos ocupados na Grande São Paulo, a tabela 3 mostra que, entre 1988 e 1995, houve forte redução na participação dos trabalhadores que não concluíram as quatro primeiras séries do 1º grau, e também acentuada elevação do percentual de ocupados que concluíram pelo menos o 2º grau. A participação dos trabalhadores com o 2º grau completo saltou de 11,8% para 16,4%, e a daqueles com o 3º grau completo subiu de 8,6% para 12,3%. A porcentagem de analfabetos reduziu-se em um ponto percentual, e a daqueles com grau de escolaridade até a 4ª série caiu quase oito pontos, passando de 35% para 27,1%.

TABELA 3
Distribuição dos Ocupados por Gênero e Grau de Instrução
Grande São Paulo

(Em porcentagem)

E s c o l a r i d a d e							
Analfa- beto	Até a 4ª série	1º Grau Incom- pleto	1º Grau Com- pleto	2º Grau In- com- pleto	2º Grau Com- pleto	3º Grau In- com- pleto	3º Grau Com- pleto

1988

Total	6,1	35,0	18,0	11,4	5,4	11,8	3,7	8,6
Homens	5,6	36,8	18,8	11,6	4,9	10,8	3,6	7,9
Mulheres	6,9	32,2	16,8	11,1	6,1	13,4	3,8	9,6
1995								
Total	4,9	27,1	15,8	12,2	6,8	16,4	4,4	12,3
Homens	5,0	28,7	17,0	12,5	6,5	15,1	4,2	11,0
Mulheres	4,8	24,8	14,2	11,8	7,2	18,4	4,7	14,1

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Um estudo feito por Alves e Soares (1996) concluiu que o fenômeno descrito no parágrafo anterior está fortemente associado com o novo perfil da demanda de mão-de-obra determinado pelo processo de modernização da produção, e que essas alterações só não foram mais amplas porque, como será visto adiante, o setor de serviços, no qual a exigência de qualificação é menor, foi capaz de gerar uma quantidade de empregos suficiente para compensar a destruição de postos de trabalho na indústria.

A mudança, já citada, no perfil da escolaridade dos ocupados afetou tanto as mulheres quanto os homens. No caso das mulheres, a proporção das que possuem o segundo grau completo subiu cinco pontos percentuais (de 13,4% para 18,4%), e a daquelas com o terceiro grau completo elevou-se de 9,6% para 14,1%. Quanto aos homens, a participação aumentou de 10,8% para 15,1%, e de 7,9% para 11%, respectivamente.

A tabela 3 revela um fato interessante: tanto em 1988 quanto em 1995, a proporção dos homens ocupados que possuem no máximo o 1º grau completo foi superior à das mulheres, e o oposto ocorreu entre os trabalhadores mais escolarizados. Tal resultado permite afirmar que a mão-de-obra feminina é mais escolarizada que a masculina.

Pode-se concluir, enfim, que o mercado de trabalho está criando mais oportunidades para trabalhadores com maior grau de escolaridade. O fato de as mulheres ocupadas serem mais escola-

rizadas do que os homens poderia significar que são mais exigidas quanto a esse atributo. Isto, contudo, não é necessariamente verdade, visto que, raciocinando-se pelo lado da oferta, pode-se pensar que as mulheres com maior grau de instrução são as que mais procuram trabalho fora de casa, dadas as suas maiores possibilidades de obter um salário maior que compense os gastos necessários para suprir sua saída do lar (creche, etc.) [B ruschini (1994)].

3 MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO

A tabela 4 mostra que a distribuição dos ocupados por setor de atividade ² na Grande São Paulo sofreu grandes mudanças no período em análise. Enquanto, em 1988, cerca de um terço dos trabalhadores (32,1%) estava no setor industrial, em 1995, essa proporção caiu para um quarto (24,9%) do total. Por outro lado, o setor de serviços ampliou sua participação de 44,5% para 50,3%, e o comércio, de 14,1% para 17%, enquanto que a participação da construção civil praticamente não sofreu alteração.

TABELA 4
Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Grande São Paulo

Setor de atividade	(Em porcentagem)			
	1988	1990	1994	1995
Indústria	32,1	31,2	25,4	24,8
Moderna	18,5	18,1	13,4	13,3
Tradicional	13,6	13,1	12,0	11,5
Construção Civil	5,8	5,0	5,1	4,9
Comércio de Mercadorias	14,1	16,0	16,9	17,0
Serviços	44,5	44,5	49,6	50,3
Produtivos	14,2	15,4	16,0	15,7
Governo	3,6	3,6	3,4	3,0

² A classificação adotada encontra-se no anexo.

Pessoais	19,5	17,9	21,5	22,5
Sociais	7,2	7,7	8,8	9,0
Outros	3,5	3,3	3,1	3,0

Fonte: SEP, Convênio SEADE/DIEESE.

Na indústria, a perda de postos de trabalho foi maior nos ramos modernos, cuja participação no total dos ocupados caiu de 18,5% para 13,3%, enquanto, no ramo tradicional, esse percentual passou de 13,6% para 11,5%.

Já no setor de serviços, os subsetores que mais geraram oportunidades de trabalho foram o de serviços pessoais — que apresenta, em geral, postos de trabalho de baixa qualidade —, cuja parcela no total dos ocupados aumentou em três pontos percentuais (de 19,5% para 22,5%), e os subsetores produtivos e sociais — nos quais a qualidade dos postos de trabalho é maior —, cujas participações se elevaram, respectivamente, em 1,5 ponto (de 14,2% para 15,7%) e 1,8 ponto (de 7,2% para 9%). A única perda de participação relativa se deu no subsetor governo, que apresentou redução de 0,6 ponto (de 3,6% para 3%), o que se deve, provavelmente, às políticas de enxugamento da máquina estatal que vêm sendo adotadas.

Assim, pode-se dizer que o setor de serviços, por enquanto, tem conseguido criar uma quantidade de vagas que está compensando, pelo menos em parte, a destruição de postos de trabalho que tem ocorrido na indústria, embora, em muitos casos, isso ocorra em prejuízo da qualidade do emprego gerado.³

³ Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) SEADE/DIEESE, que constam no estudo de Alves e Soares (1996), mostram que a remuneração média real da indústria é maior que a do setor serviços, o que é uma evidência da menor qualidade do emprego neste último. Esse diferencial, no entanto, vem diminuindo em virtude do aumento da remuneração nos subsetores mais modernos do setor terciário (serviços produtivos e governo), o que faz com que o argumento exposto no texto tenha de ser relativizado.

Quanto à distribuição das ocupações por gênero, observa-se, pela tabela 5, que a concentração da ocupação feminina no setor terciário é bem maior que a da masculina e, mais que isso, que essa tendência se acentuou ao longo do período analisado.

TABELA 5
Distribuição dos Ocupados Setor de Atividade e Gênero
Grande São Paulo

Setor de atividade	(Em porcentagem)			
	1988	1990	1994	1995
Homens				
Indústria	36,4	35,5	29,8	28,9
Moderna	23,9	23,4	17,9	17,7
Tradicional	12,5	12,2	11,9	11,2
Construção civil	9,0	7,7	8,1	8,0
Comércio de mercadorias	14,6	16,4	17,8	18,0
Serviços	36,3	37,0	41,5	42,1
Produtivos	16,5	17,5	18,9	18,7
Governo	3,7	3,7	3,4	3,1
Pessoais	13,4	12,8	15,7	16,8
Sociais	2,7	3,0	3,5	3,5
Outros	3,7	3,3	2,9	3,1
Mulheres				
Indústria	25,1	24,5	18,9	18,9
Moderna	9,9	9,9	6,8	7,0
Tradicional	15,3	14,6	12,1	11,9
Construção Civil	0,6	0,7	0,6	0,5
Comércio de Mercadorias	13,4	15,3	15,6	15,6
Serviços	57,7	56,4	61,6	62,1
Produtivos	10,5	12,0	11,6	11,5
Governo	3,4	3,3	3,4	2,9
Pessoais	29,3	25,9	30,1	30,7
Sociais	14,5	15,1	16,6	17,0
Outros	3,2	3,1	3,3	3,0

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Pode-se observar, também, que os impactos das transformações do mercado de trabalho têm sido diferenciados. Na indústria, por exemplo, a proporção de mulheres ocupadas caiu menos que a de homens. Ao mesmo tempo, no primeiro grupo, essa queda foi mais forte no ramo tradicional (de 15,3% para 11,9%), enquanto que, no segundo, foi maior no ramo moderno, cuja proporção de ocupados caiu cerca de seis pontos percentuais.

Já no setor serviços, a presença masculina elevou-se mais do que a feminina. A análise feita por subsetores revela que a proporção de homens ocupados subiu mais nos serviços pessoais (de 13,4% para 16,8%) e nos produtivos (de 16,5% para 18,7%), e a de mulheres, no subsetor social (de 14,5% para 17%) e no pessoal (de 29,3% para 30,7%). Além disso, o peso da ocupação no governo diminuiu, para ambos os grupos, cerca de 0,5 ponto percentual.

No setor de comércio de mercadorias, a proporção das mulheres ocupadas cresceu 2,2 pontos percentuais (de 13,4% para 15,6%), ritmo menor do que o registrado para os homens, cujo crescimento foi de 3,4 pontos (de 14,6% para 18,0%).

Tudo isso vem alterando a distribuição segundo o gênero nos setores de atividade. A tabela 6 mostra que as mulheres passaram a representar mais da metade dos trabalhadores do setor serviços (sua participação aumentou de 49,6% para 50,6%) e que mantiveram amplo predomínio no subsetor social e no pessoal. Também aumentaram sua participação na indústria moderna e no setor de comércio, embora tenham continuado minoritárias. Em outras palavras, apesar de a ocupação feminina ainda ser bastante concentrada nos empregos de menor qualidade, tem-se ampliado seu espaço nos setores mais modernos da economia.⁴

TABELA 6
Distribuição Intra-Setorial dos Ocupados por Setor de Atividade
Grande São Paulo

(Em porcentagem)

Indústria	Const. Co- r. mérc.	Serviços

⁴ Dados da PED SEADE/DIEESE, citados por Alves e Soares (1996), mostram que a remuneração média real é mais alta, em termos relativos, na indústria moderna, nos serviços produtivos e no governo. O fato de a participação feminina ter aumentado nos dois primeiros setores demonstra que as mulheres aumentaram seu espaço nos empregos de melhor qualidade.

	Subto- tal	Mo- derna	Tradi- cional	Civil	de Merc .	Sub- total	Pro- duti- vos	Go- verno	Pesso- al	Soci- al	Ou- tros
Ho- mens											
1988	70,1	79,6	57,1	96,1	64, 0	50, 4	71,7	63,8	42,5	23, 4	65,6
1995	68,9	78,6	57,6	95, 9	62, 6	49, 6	70,2	60,9	44,4	22, 7	60,2
Mu- lheres											
1988	29,9	20,4	42,9	3,9	36, 0	49, 6	28,3	36,2	57,5	76, 6	34,4
1995	31,1	21,4	42,4	4,1	37, 5	50, 4	29,8	39,1	55,6	77, 3	39,8

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Os dados da tabela 7 revelam significativas alterações no grau de escolaridade dos trabalhadores empregados no setor industrial, principalmente em favor daqueles que possuem o 2º e o 3º graus completos. No caso dos homens, o aumento do número de ocupados com 2º grau completo foi de 4,9 pontos percentuais, e o daqueles com o 3º grau completo foi de 2,5 pontos, enquanto que, na outra ponta, a proporção dos que possuem até a 4ª série do 1º grau caiu mais de oito pontos. Para as mulheres, essas variações foram praticamente as mesmas.

TABELA 7
Ocupados no Setor Industrial por Gênero e Grau de Instrução
Grande São Paulo

(Em porcentagem)

	Sexo	Escolaridade							
		Analfab eto	Até 4- Série	1º Grau Incomp leto	1º Grau Compl eto	2º Grau Incompl eto	2º Grau Compl eto	3º Grau Incom pleto	3º Grau Comp leto
Indús- tria									
Total									
1988	Homens	4,3	35, 4	20,6	13,3	4,8	10,6	3,6	7,3
	Mulhe- res	3,9	32, 3	23,6	12,8	6,5	12,0	3,1	5,8
1995	Homens	3,6	27, 0	18,5	14,3	7,0	15,5	4,2	9,8
	Mulhe- res	3,0	23, 9	18,2	15,2	8,2	18,7	4,2	8,7
Moder- na									
1988	Homens	4,2	35, 1	19,8	13,0	5,0	11,1	3,8	7,9

	Mulhe- res	* 24, 7	20,5	13,6	8,1	17,4	* 7,9		
1995	Homens	3,1 26, 0	17,2	14,8	7,0	16,7	4,4 10, 8		
	Mulhe- res	* 17, 5	14,9	14,0	8,7	24,0	* 11,8		
Tradi- cional									
1988	Homens	4,6 36, 0	22,3	13,8	4,5	9,6	3,1 6,1		
	Mulhe- res	4,2 37, 3	25,7	12,2	5,4	8,6	* 4,4		
1995	Homens	4,2 28, 8	20,6	13,6	7,1	13,6	4,0 8,1		
	Mulhe- res	* 27, 7	20,0	15,9	7,9	15,6	* 6,8		

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * A amostra não com porta desagregação para essa categoria.

No ramo moderno da indústria, o peso relativo dos ocupados com níveis mais altos de escolaridade aumentou de modo expressivo: os que possuem o 2º grau completo tiveram sua participação acrescida de 6,6 e 5,6 pontos percentuais, respectivamente, para mulheres e homens, enquanto que, para os trabalhadores com até a 4ª série do 1º grau, a redução foi de 9,1 pontos para os homens e 7,2 pontos para as mulheres.

No ramo tradicional, a participação dos ocupados mais escolarizados (principalmente daqueles com 2º e 3º graus completos) também aumentou, embora em magnitude menor do que a verificada no ramo moderno. As informações por gênero mostram que isso aconteceu de modo mais forte entre as mulheres: a proporção daquelas que tinham até a 4ª série do 1º grau reduziu-se quase dez pontos percentuais, e a das que tinham o segundo grau completo aumentou sete pontos.

Em síntese, os dados mostram que a ocupação no setor industrial vem, cada vez mais, caracterizando-se pelo maior nível de escolaridade dos trabalhadores, principalmente no ramo moderno, no qual o ritmo da modernização produtiva é mais veloz. Isso tem-se observado de forma mais visível para as mulheres, tanto nos ramos mais modernos da indústria quanto nos mais tradicionais.

No setor serviços, isso também ocorre. Segundo as informações contidas na tabela 8, o percentual de mulheres empregadas, com níveis maiores de escolaridade, é um pouco superior ao de homens. No entanto, dada a grande heterogeneidade das atividades, faz-se necessária uma descrição mais detalhada.

TABELA 8
Serviços Ocupados por Gênero e Grau de Instrução
Grande São Paulo

(Em porcentagem)

		E escolaridade							
		Sexo	Anal- fabeto	Até 4 ^ª Série	1 ^º Grau Incom- pleto	1 ^º Grau com- pleto	2 ^º Grau Incom- pleto	2 ^º Grau Com- pleto	3 ^º Grau Incom- pleto
Total									
1988	Ho- mens	4,0	33,1	17,1	11,3	6,0	12,6	4,6	11,2
	Mu- lhe- res	8,6	33,5	12,9	8,9	5,2	13,7	4,4	12,9
1995	Ho- mens	3,8	25,3	15,1	12,1	6,7	16,8	4,9	15,3
	Mu- lhe- res	5,6	26,0	12,2	9,9	5,8	17,4	5,1	17,9
Produ- tivos									
1988	Ho- mens	2,3	27,2	15,1	11,8	7,4	16,1	6,1	14,0
	Mu- lhe- res	*	9,8	7,1	12,3	11,7	28,5	10,2	18,7
1995	Ho- mens	2,8	20,9	12,7	11,8	7,2	18,9	6,3	19,3
	Mu- lhe- res	*	5,4	4,7	8,3	9,7	31,8	11,6	27,3
Gover- no									
1988	Ho- mens	*	25,7	9,3	13,8	*	18,4	*	15,6
	Mu- lhe- res	*	*	*	*	*	24,7	*	29,6
1995	Ho- mens	*	13,1	*	11,4	*	27,0	*	23,7
	Mu- lhe- res	*	*	*	*	*	28,8	*	42,2
Sociais									
1988	Ho- mens	*	21,1	*	*	*	12,9	*	34,3
	Mu- lhe- res	*	17,7	9,7	10,0	5,9	20,3	6,6	28,3
1995	Ho- mens	*	14,6	*	9,9	*	14,4	*	40,2

	Mu- lhe- res	*	9,9	5,8	11,6	5,7	23, 4	6,9	35,6
Pesso- ais									
1988	Ho- mens	7,1	45, 0	22,9	10,5	4,1	6,7	*	*
	Mu- lhe- res	15,5	52,4	17,1	7,0	2,3	3,7	*	*
1995	Ho- mens	5,6	34,5	20,6	13,0	6,5	13,1	2,5	4,3
	Mu- lhe- res	10,3	44, 5	19,5	9,8	4,6	7,7	*	2,2

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

No subsetor produtivo, por exemplo, a participação das mulheres com o 2º grau completo subiu 3,3 pontos (de 28,5% para 31,8%), e a das com o 3º grau completo, 8,6 pontos (de 18,7% para 27,3%); enquanto que a participação dos homens, com o mesmo grau de escolaridade, aumentou 2,8 pontos (de 16,1% para 18,9%) e 5 pontos (de 14% para 19%), respectivamente.

No subsetor governamental, a participação das mulheres com 3º grau completo no total dos ocupados cresceu 12,6 pontos percentuais (de 23,7% para 42,2%), enquanto que, para os homens, esse acréscimo foi de 8,1 pontos.

O subsetor pessoal, como foi visto, é predominantemente formado por trabalhadores do sexo feminino (ver tabela 6) e se distingue por empregar a maior quantidade de mão-de-obra não-qualificada (mais da metade dos ocupados conseguiram, no máximo, concluir a 4ª série do 1º grau). Cabe ressaltar que, embora majoritárias, as mulheres têm perfil de escolaridade inferior ao dos homens.

Inversamente, é no subsetor social, que abrange as profissões ligadas a educação, saúde, assistência social, etc., que se observa a maior proporção de trabalhadores com alto nível educacional em relação aos demais subsetores — em 1995, por exemplo, 40,2% da mão-de-obra masculina e 35,6% da feminina tinham o 3º grau completo. Para os demais graus de escolaridade, a evolução da distribuição dos ocupados deu-se da seguinte

maneira: a participação dos trabalhadores com até a 4ª série caiu 6,5 pontos percentuais, para os homens, e 7,8 pontos, para as mulheres, enquanto que o crescimento da participação dos que concluíram o curso superior foi de 5,9 pontos para eles e 7,3 para elas.

O setor de comércio de mercadorias, como mostra a tabela 9, também apresenta crescimento da participação dos trabalhadores com mais escolaridade. Isso torna-se mais claro quando se constata que a proporção das mulheres com 2º grau completo, por exemplo, aumentou 3,3 pontos percentuais, 1988 e 1995, e a de homens, em quase 5 pontos.

TABELA 9
Comércio de Mercadorias — Ocupados por Sexo e Grau de Instrução Grande São Paulo

		(Em porcentagem)							
		E escolaridade							
Sexo		Analfabeto	Até 4ª Série	1º Grau Inc.	1º Grau Comp.	2º Grau Inc.	2º Grau Comp.	3º Grau Inc.	3º Grau Comp.
1988	Homens	4,9	35,0	22,8	12,9	5,2	11,5	3,1	4,6
	Mulheres	4,5	26,2	21,5	18,0	9,3	14,1	*	*
1995	Homens	4,1	27,2	19,9	13,9	7,9	16,4	4,0	6,7
	Mulheres	*	26,0	12,2	9,9	5,8	17,4	5,1	17,9

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Portanto, observa-se que o grau de escolaridade está se tornando um atributo importante para se conseguir empregos de melhor qualidade, tanto na indústria quanto no setor serviços, e que isso é mais marcante para as mulheres.⁵

⁵ Dados do Convênio Fundação SEADE/DIEESE mostram que os ganhos adicionais para quem consegue alcançar maiores graus de escolaridade, nos setores citados, são significativos, o que, associado às idéias já expostas no texto, reforça a idéia de que a escolaridade está se tornando um atributo fundamental para se obter empregos de melhor qualidade.

Como conclusão, pode-se dizer que, de fato, a modernização produtiva tem implicado a destruição de postos de trabalho no setor industrial, particularmente nos ramos mais modernos, e um concomitante aumento da sua quantidade no setor de serviços e, em menor escala, no setor de comércio. As informações por gênero mostraram que os homens têm migrado mais para o subsetor pessoal, o qual oferece, normalmente, empregos de baixa qualidade, enquanto que as mulheres encaminharam-se mais para o subsetor social. Porém, a inserção feminina no mercado de trabalho continua a se fazer em empregos de pior qualidade que os dos homens.

4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS, HORAS TRABALHADAS E GRAU DE ESCOLARIDADE POR GÊNERO

A análise das estatísticas sobre rendimentos dos trabalhadores por grau de escolaridade, que constam da tabela 10, mostra que o rendimento médio real dos homens é superior ao das mulheres. Essa diferença era, em 1988, especialmente alta entre os ocupados com níveis educacionais mais baixos — o que inclui desde analfabetos até aqueles que concluíram o 1º grau — e entre aqueles com o 3º grau completo. Nesses grupos, o rendimento médio feminino representava menos da metade do masculino.

TABELA 10
Rendimento Médio Real* por Gênero e Grau de Instrução
Grande São Paulo

		(E m R \$)								
		Escolaridade								
		Total	Anal- fab	Até 4ª Série	1ª grau Inc.	1ª Grau Comp	2ª Grau Inc.	2ª Grau Comp	3ª, Grau Inc.	3ª, Grau Comp
1988	Total	1120	464	740	718	1058	1002	1576	1931	3285
	Homens	1378	606	930	878	1322	1272	2006	2367	4262
	Mulheres	724	290	409	440	629	653	1049	1290	2107
	M/H	0,53	0,48	0,44	0,50	0,48	0,51	0,52	0,55	0,49
1995	Total	826	321	491	487	645	594	986	1212	2251
	Homens	1006	393	617	589	800	748	1247	1524	2986

Mulhe- res	577	219	291	313	419	397	691	829	1495
M/H	0,57	0,56	0,47	0,53	0,52	0,53	0,55	0,54	0,50

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Obs.: Inflator utilizado: ICV do DIEESE. Valores em reais de janeiro de 1996.

Entre 1988 e 1995, observou-se queda do rendimento de todos os trabalhadores. Porém, sua magnitude foi maior para os homens que para as mulheres, principalmente entre os ocupados com níveis mais baixos de escolaridade (utilizando-se a mesma definição do parágrafo anterior), o que acabou refletindo-se numa diminuição do diferencial das remunerações por gênero. Esse diferencial, contudo, manteve-se em um patamar elevado.

Diversos estudos abordaram a questão da diferenciação de rendimento por gênero. Um estudo da Fundação SEADE (1996), por exemplo, atribui sua existência ao fato de a ocupação feminina concentrar-se em poucos setores e atividades da economia (justamente nos que pagam menos) e, ao mesmo tempo, situar-se em posições de pouca importância nas empresas, o que faz com que as mulheres tendam a ganhar menos que os homens.⁶ Esses dois fenômenos são conhecidos como segregação horizontal e segregação vertical.⁷ O mesmo estudo também mostra que, mesmo entre trabalhadores que desempenham funções que exijam níveis de escolaridade semelhantes, a remuneração das mulheres é, em média, 40% inferior à dos homens.

Bruschini (1995) menciona que o baixo nível de sindicalização das trabalhadoras, assim como o menor poder de negociação da maior parte dos sindicatos ligados a ramos do terciário, em que as

⁶ Esse estudo mostra que, por exemplo, as ocupações relacionadas a direção e planejamento, no ano de 1994, representavam 6,9% do total, entre os quais mais de dois terços eram exercidos pelos homens.

⁷ Entende-se por *segregação horizontal* a concentração da ocupação feminina em poucos setores e atividades. A *segregação vertical* refere-se à concentração da ocupação em funções com pouco poder de decisão.

mulheres estão mais concentradas, também é uma justificativa para a diferenciação de rendimentos por gênero [Bruschini (1994)].

Cabe alertar que o processo de modernização produtiva pode, em certos casos, atenuar a segregação por gênero. Com o mostra Abramó (1995), o uso cada vez maior da automação nas linhas de montagem reduz a quantidade de tarefas que necessitam de força física e que impliquem alta periculosidade, o que permite, assim, que as mulheres possam exercer determinadas funções às quais não tinham acesso anteriormente. Por outro lado, as características consideradas tipicamente femininas, com o maior flexibilidade, maior interesse nas relações humanas e menor dissociação entre o trabalho e a vida familiar, passaram a ser privilegiadas pelas empresas, as quais, assim, começaram a abrir mais espaços para elas nos escalões mais elevados da hierarquia.⁸

Entretanto, Abramó pondera que os efeitos positivos desse processo não ocorrem de forma direta e dependem de dois fatores: primeiro, das distintas estratégias e trajetórias das inovações tecnológicas e da política de recursos humanos seguida pelas empresas; segundo, da capacidade de atuação política do movimento sindical e das associações de valorização dos direitos das mulheres.

O adicional de rendimento para cada grau de escolaridade, expresso na tabela 11, é um indicador de quanto o mercado valoriza, em termos salariais, o maior nível educacional dos trabalhadores. Os dados disponíveis mostram que o ganho percentual mais elevado é oferecido para o trabalhador com o 2º grau que consegue concluir o curso superior (mais de 100%), seguido, de longe, pelo adicional auferido pelo ocupado analfabeto que termina a 4ª série (menos de 60%). Durante o período analisado, houve um aumento no incentivo

⁸ Para mais detalhes, ver CEPAL (1990).

para aquele que conclui o 2º grau e para o que termina o 3º grau, e uma queda, nos outros casos.

TABELA 11
Adicional de Rendimento, dos Ocupados, por
Grau
de Escolaridade e Gênero — Grande São Paulo*

E s c o l a r i d a d e / A n o s	(E m p o r c e n t a g e m)	
	1988	1995
D e a n a l f a b e t o p a r a a t é a 4^o s é r i e		
Total	59	53
H o m e n s	53	57
M u l h e r e s	41	33
D a q u a r t a s é r i e p a r a o 1^o g r a u c o m - p l e t o		
Total	43	31
H o m e n s	42	30
M u l h e r e s	54	44
D o 1^o g r a u c o m p l e t o p a r a o 2^o g r a u c o m p l e t o		
Total	49	53
H o m e n s	52	56
M u l h e r e s	67	65
D o 2^o g r a u c o m p l e t o p a r o 3^o g r a u c o m p l e t o		
Total	108	128
H o m e n s	112	139
M u l h e r e s	101	116

Fonte: SEP, Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * E x c l u s i v e o s a s s a l a r i a d o s q u e n ã o t i v e r a m r e m u n e r a ç ã o n o m ê s.

Naturalmente, outros fatores podem influenciar esse adicional, tais como a experiência, o cargo ocupado, as características específicas do mercado de trabalho, etc. Porém, a hipótese aqui assumida, com o fazem também Alves e Soares (1996), é de que esses fatores influem mais sobre a distribuição intragraus do que a intergraus de escolaridade.

Observa-se, também, que o incentivo para as mulheres que concluem o 1º e o 2º graus é maior do que o dos homens, com o inverso ocorrendo entre aqueles que terminam o 3º grau. Ao longo do tempo, no entanto, houve uma diminuição expressiva no estímulo salarial para homens e mulheres do primeiro grupo, e um aumento, no caso do último grupo. Isso pode estar mostrando que o mercado tende, cada vez mais, a oferecer maiores ganhos

para aqueles que alcançam o nível superior, os quais, em tese, tendem a se encaixar melhor no novo perfil do trabalhador procurado pelas empresas.

Uma questão importante é se os diferenciais de rendimento por gênero estariam relacionados à jornada de trabalho. A tabela 12 mostra que essa jornada é maior para os homens do que para as mulheres, e que diminuiu para ambos entre 1988 e 1995 — para os homens, de 48 para 46 horas, e, para as mulheres, de 40 para 39 horas. Além disso, constata-se que, para ambos os grupos, o número de horas médias trabalhadas diminuiu à medida que cresce o grau de escolaridade.

TABELA 12
Horas Médias Trabalhadas — Grande São Paulo*

	Escolaridade								
	Total	Analfab.	Até 4 ^a Série	1 ^o Grau Inc.	1 ^o Grau Comp.	2 ^o Grau Inc.	2 ^o Grau Comp.	3 ^o Grau Inc.	3 ^o Grau Comp.
1988 Total	45	47	47	46	45	43	43	40	40
Homens	48	50	50	48	48	45	46	42	43
Mulheres	40	42	41	43	41	40	39	36	36
1995 Total	43	44	45	44	44	42	42	39	40
Homens	46	47	48	46	46	44	46	42	44
Mulheres	39	39	39	40	40	39	39	35	36

Fonte: SEP, Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * Exclusivo os ocupados que não trabalharam na semana.

Se a duração da jornada de trabalho fosse a única explicação possível para a existência do diferencial salarial por gênero, a tese de discriminação das mulheres, no tocante ao rendimento, perderia força. Contudo, os resultados apresentados na tabela 13 mostram que essa não é a única razão, visto que o valor médio das horas trabalhadas pelas mulheres de todos os graus de escolaridade é bastante inferior ao dos homens. Essa disparidade, em 1988, era mais elevada entre os trabalhadores com níveis educacionais baixos (inclui desde analfabetos até aqueles com o 1^o grau completo) e os que concluíram o 3^o grau. Em 1995, no entanto, caiu significativamente em todos os

níveis de escolaridade, implicando o aumento da relação percentual entre o rendimento por hora, masculino e feminino, de 62% para 69%.

TABELA 13
Rendimento Médio Real por Hora, dos Ocupados,
por Sexo e
Grau de Instrução — Grande São Paulo*

(Em R\$)

		E escolaridade								
		Total	Anal- fab.	até 4 ^a Série	1 ^a Grau Inc.	1 ^a Grau Comp.	2 ^a Grau Inc.	2 ^a Grau Comp.	3 ^a Grau Inc.	3 ^a Grau Comp.
1988	Total	5,80	2,30	3,68	3,62	5,44	5,47	8,61	11,26	19,27
	Homens	6,73	2,80	4,36	4,26	6,47	6,60	10,23	13,02	23,24
	Mulheres	4,16	1,60	2,30	2,39	3,54	3,83	6,33	8,30	13,79
	M/H	0,62	0,57	0,44	0,50	0,48	0,51	0,52	0,55	0,49
1995	Total	4,47	1,71	2,56	2,58	3,43	3,31	5,39	7,19	13,07
	Homens	5,08	1,96	3,01	2,96	4,01	3,94	6,37	8,39	15,89
	Mulheres	3,48	1,30	1,72	1,84	2,47	2,40	4,14	5,49	9,74
	M/H	0,69	0,66	0,57	0,62	0,62	0,61	0,65	0,65	0,61

Fonte: SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: *Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana e os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Obs.: Inflator utilizado — ICV do DIEESE. Valores em reais de janeiro de 1996.

A tabela 14 mostra dados sobre o adicional de rendimento médio por hora, obtido pelo trabalhador que estuda mais, com base nos quais constata-se que, novamente, este é bem maior para os ocupados com segundo grau que conseguem concluir o terceiro grau, tendência que se acentuou durante o período analisado. A comparação entre homens e mulheres mostra um quadro similar ao exposto na tabela 11, ou seja, o primeiro grupo tem um ganho percentual maior, em termos relativos, para concluir a 4^a série e o terceiro grau, enquanto, nos outros casos, ocorre o oposto.

TABELA 14
Adicional de Rendimento por Hora, dos Ocupados,
por Grau
de Escolaridade e Gênero — Grande São Paulo*

(Em porcentagem)

E escolaridade/Anos	1988	1995
De analfabeto para até a quarta série		
Total	60	50
Homens	56	54
Mulheres	44	32
Da quarta série para o primeiro grau com pleto		
Total	48	34

Homens	48	33
Mulheres	54	44
Do primeiro grau completo para o segundo grau completo		
Total	58	57
Homens	58	59
Mulheres	79	68
Do segundo grau completo para o terceiro grau completo		
Total	124	142
Homens	127	149
Mulheres	118	135

Fonte: SEP, Convênio SEADE/DIEESE.

Nota: * Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Enfim, este capítulo demonstrou que as mulheres inseridas no mercado de trabalho são efetivamente discriminadas quanto à remuneração média. Por outro lado, verificou-se que esse mercado sinaliza estímulos salariais para os trabalhadores de ambos os sexos com maior escolaridade, principalmente para os diplomados universitários.

5 CONCLUSÕES

A análise das informações sobre idade, escolaridade, setor de atividade e rendimento dos trabalhadores na Grande São Paulo, no período 1988—1995, mostra que algumas conseqüências das transformações na base produtiva têm-se feito sentir sobre o mercado de trabalho como um todo, e que foram distintas segundo o gênero.

Nesse contexto, deve-se destacar, principalmente, o crescimento da presença feminina no total dos ocupados e, também, o aumento da incorporação de trabalhadores mais experientes e com maior grau de escolaridade, principalmente no caso das mulheres.

Os dados sobre a distribuição dos ocupados por setor de atividade mostraram que, na indústria, a destruição de postos de trabalho afetou homens e mulheres diferentemente: para os homens, essa perda foi proporcionalmente maior no ramo moderno, e, para as mulheres, no ramo tradicional. Ao mesmo tempo, verificou-se que o setor de ser-

viços está conseguindo cumprir papel relevante na criação de empregos, embora estes se caracterizem, em geral, pela baixa qualidade. As informações estratificadas por gênero mostram que os homens aumentaram a sua participação no sub-setor pessoal, no qual a remuneração é mais baixa, e as mulheres, nas atividades terciárias mais modernas, como as dos subsetores produtivo e social. Essa evolução, porém, não foi suficiente para alterar o quadro em que a ocupação feminina se concentra, de forma predominante, em setores em que a qualidade do emprego é menor (indústria tradicional e serviços pessoais).

Quanto ao nível de escolaridade dos ocupados, concluiu-se que, na indústria, houve aumento, o que seria de se esperar dado o novo padrão de seleção de trabalhadores pelas empresas, exigido pela modernização produtiva. Isso também ocorreu no setor serviços, particularmente nas suas atividades mais modernas. Em ambos os setores, esse fenômeno ocorreu de forma mais forte para as mulheres que para os homens.

Esse último fato poderia ser um indício de que as mulheres são mais exigidas quanto ao atributo escolaridade do que os homens. Isso pode ser verdade, mas deve-se considerar que, como as empresas pagam melhor aos trabalhadores com maior grau de escolaridade, as mulheres com esse atributo são as que mais entram no mercado de trabalho, já que possuem maiores chances de conseguir uma remuneração que compense os custos de deixar de ser dona-de-casa.

Assim, recomenda-se que o governo atue no sentido de melhorar o ensino formal e a educação profissional, procurando adequar seus conteúdos às novas exigências do mercado de trabalho. Isso é fundamental para que a mão-de-obra esteja apta a desempenhar funções cada vez mais complexas, que exigem mais raciocínio e capacidade de trabalhar em equipe. O domínio, por parte dos trabalhadores, de novas tecnologias, principalmente no

campo da informática, é essencial, atualmente, para que as empresas consigam aumentar sua produtividade e tornem-se mais competitivas.

A análise da associação entre escolaridade e remuneração evidenciou que a remuneração média real por hora das mulheres é bastante inferior à dos homens para todos os níveis de escolaridade, e que, apesar de esse diferencial ter-se reduzido, essa situação não se alterou de forma significativa. Uma explicação para essa diferença salarial pode vir do fato de as mulheres trabalharem, em sua maioria, num pequeno elenco de ramos econômicos, em que, além dos salários já serem baixos, o excesso de oferta de mão-de-obra feminina acaba por criar pressão para reduzi-los ainda mais. Além disso, a posição hierárquica da mulher nas empresas continua a estar restrita a funções de menor importância e, portanto, com baixa remuneração, embora seja preciso levar em consideração que essa situação está mudando.

Em suma, pode-se dizer que as transformações que têm acontecido na base produtiva não foram neutras, já que afetaram de forma diferenciada os homens e as mulheres ocupadas, não sendo suficientes para reverter o quadro de desigualdade entre os dois grupos e a sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Diante do quadro apresentado, o governo tem um papel muito importante na formulação e implementação de políticas públicas de emprego que tanto estimulem setores que ofereçam mais oportunidades de trabalho quanto possibilitem aos trabalhadores o acesso e a manutenção de empregos mais qualificados. No caso das mulheres, em especial, apenas isso não basta, pois, como mostram vários estudos,⁹ elas normalmente recebem treinamentos destinados a empregos considerados *de mulher* (secretária, costureira, etc.), os quais, muitas vezes, são os de menor prestígio. E, enfim,

⁹ Ver, por exemplo, Posthum a e Lombardi (1996).

deve-se levar em conta que as desigualdades existentes no mercado de trabalho reproduzem, de algum modo, desigualdades já existentes em outros planos nas relações sociais. Assim, as ações do governo, e também as dos movimentos feministas, têm papel fundamental para que as mulheres trabalhadoras consigam alcançar posições mais igualitárias em relação aos homens.

ANEXO

Classificação dos Setores e Subsetores de Atividade

A) *Indústria*

a.1) **Indústria moderna: metalúrgica; mecânica; material elétrico-eletrônico; material de transporte; química; farmacêutica; plásticos; artefatos de borracha; papel; papelão e cortiça (201.0, 202.1, 207.0, 208.2).**

a.2) **Indústria tradicional: vestuário; calçados; artefatos de tecidos; alimentação; mobiliário; produtos de madeira; gráficas; vidros; cristais; espelhos; cerâmicas; materiais de construção; artesanato; outras indústrias de transformação (203.3, 204.5, 205.7, 206.9, 209.4, 210.0, 211.2, 213.6, 299.9).**

B) *Construção Civil*: construção de edificações e obras de infra-estrutura; reformas e reparação de edificações (301.3, 302.5)

D) *Comércio de Mercadorias* (400.5).

E) *Serviços*:

e.1) **Serviços produtivos: transporte e armazenagem; serviços de utilidade pública; serviços especializados; serviços creditícios e financeiros; serviços de comunicações; diversões, radiodifusão e teledifusão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis (502.2, 503.4, 504.6, 513.7, 514.9, 516.2).**

e.2) **Governo: serviços de administração pública, forças armadas, polícia (505.8).**

e.3) **Serviços pessoais: serviços pessoais, serviços domésticos, serviços de alimentação, oficinas de reparação mecânica, outros serviços de reparação e limpeza, outros serviços, serviços auxiliares (507.1, 508.3, 511.3, 518.6, 519.8, 599.0, 517.4).**

e.4) **Serviços sociais: serviços comunitários, educação e saúde (515.0, 509.5, 510.1).**

F) Outros: embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas, atividades não-classificadas (60 1.4, 699.3).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís.** Las transformaciones en el mundo del trabajo: escolaridad y calificación en un contexto de cambio de tecnológico. *Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional*, n.130, fev.-mar. 1995.
- ALVES, E. L. G. e SOARES, F. V.** *Ocupação e escolaridade: tendências recentes na Grande São Paulo.* — Brasília: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, n.428)
- BRUSCHINI, Christina.** O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *In: II SEMINÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO.* — Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Série Seminários, n.7)
- . Trabalho feminino no Brasil: avaliação dos anos 80 e perspectivas para o futuro. *In: SEMINÁRIO A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO*, 1995.
- CEPAL.** *Mujer y nuevas tecnologías.* — Santiago, Chile: 1990. (Série Mujer y Desarrollo, n.6)
- FUNDAÇÃO SEADE.** *Mulheres e mercado de trabalho: participação, desemprego e ocupação na região metropolitana de São Paulo entre 1987 e 1994.* — São Paulo: 1996.
- . Educação formal e mercado de trabalho. Pesquisa de emprego e desemprego. Estudo especial. *Boletim da PED*, n.112, 1995. Suplemento.
- POSTHUMA, A. e LOMBARDI, M. R.** *Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. Texto apresentado no xx Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.* 1996.